





# Hayek *versus* Polanyi: espontaneidade e desígnio no capitalismo\*

Rafael Galvão de Almeida\*\*

Ramón García Fernández\*\*\*

**Resumo:** Este trabalho introduz o conceito de ordem espontânea, seu desenvolvimento através de diversas escolas de pensamento econômico e a importância para a sociedade atual. É dada ênfase sobre Friedrich Hayek, já que ele tem o modelo mais conhecido de ordem espontânea, como ele começou a elaborá-lo a partir da sua pesquisa sobre o papel da informação na economia e sua maturação em *Direito, Legislação e Liberdade*. Como contraponto ao modelo hayekiano, incluem-se críticas ao conceito e se analisa o trabalho de Karl Polanyi. Ele divergia de Hayek sobre o papel do mercado na sociedade, ao afirmar que a sociedade se protege da invasão do mercado nas demais esferas sociais através do processo de duplo movimento. Por fim, conclui-se que existe evidência para não descartar a existência de ordens espontâneas; o duplo movimento, conforme analisado por Polanyi, tem características de ordem espontânea, porque se inicia com indivíduos antes de tomar forma legislativa; e, como conclusão secundária, por essa lógica, há problemas práticos no anarquismo, devido à presença de ordens espontâneas.

**Palavras-chave:** Ordem espontânea. Duplo movimento. Friedrich Hayek. Karl Polanyi. Mão invisível.

**Classificação JEL:** B25, B31.

## Introdução

Samuel Bowles escreveu que “um dos maiores desafios nas ciências sociais é entender como resultados agregados são sempre diferentes da intenção das pessoas envolvidas” (Bowles, 2003, p. 57)<sup>1</sup>. Uma das explicações utilizadas para dar uma resposta a essa questão envolve o conceito de ordem espontânea. Este conceito é fundamental em inúmeras discussões de fenômenos sociais, sendo usado para explicar o funcionamento do mercado, o surgimento de diversos hábitos etc. O objetivo deste artigo é comparar as perspectivas distintas de Friedrich Hayek e Karl Polanyi ao discutir a importância desse conceito para a compreensão do funcionamento das sociedades humanas.

---

\* Versões preliminares deste artigo foram apresentadas no XVI Encontro da Sociedade de Economia Política (Uberlândia, 2011), IX Congresso Brasileiro de História Econômica (Curitiba, 2011), XXXIX Encontro Nacional de Economia (Foz do Iguaçu, 2011) e Meeting of Historians of Economic Thought from Europe and Latin America (Buenos Aires, 2012). Agradecemos aos comentários de Maria Tereza Leopardi Mello, Eduardo Angeli e Tiago Camarinha Lopes e dois pareceristas anônimos.

\*\* Cedeplar/UFMG. E-mail: rgdealmeida@cedeplar.ufmg.br

\*\*\* UFABC. E-mail: ramon.garcia.fernandez@gmail.com

1 As traduções dos textos em inglês são de nossa responsabilidade.

Uma questão deve ser formulada logo no início deste trabalho: porque comparar dois autores tão distintos quanto às suas ideias? Em primeiro lugar, chama nossa atenção a semelhança de alguns aspectos biográficos. Tanto Hayek quanto Polanyi foram contemporâneos durante a era final do Império Austro-Húngaro (Hayek era austríaco e Polanyi nasceu em Viena mas era de família húngara); ambos serviram no *Gemeinsame Armee* durante a Primeira Guerra Mundial e começaram a estudar economia a fim de combater a pobreza da região vienense, em que havia um contraste entre a erudição e a opulência das classes altas e a pobreza nas classes baixas, durante o pós-guerra; ambos se identificavam com a resposta socialista durante o início da década de 1920, sendo que posteriormente tomaram caminhos diferentes. Ambos adotaram o expressivismo alemão, que, de acordo com Özel (2007), é uma corrente que se opõe ao racionalismo e ao cientificismo, enfatizando a liberdade de ação humana<sup>2</sup>. Ambos tiveram que se exilar da sua terra natal e adotaram a Inglaterra como morada e, posteriormente, a América do Norte. Ambos publicaram suas obras mais conhecidas em 1944, eram ardentes defensores da democracia e estudaram a mudança institucional, evitando cair naquilo que Midgley chamou de “mito da escada rolante”, de que toda mudança, tanto biológica quanto tecnológica, é também moral e destina a humanidade ao progresso, “um processo inexorável de melhorias” (Midgley, 1985, p. 6). Migone (2006) resumiu bem por que as comparações entre ambos são relevantes,

“...além do fato de que ambos se ativeram às suas teorias a ponto de aceitarem as consequências mais duras sem fazer concessões,... as tradições polanyiana e hayekiana representam dois polos de tensão inerente no [sistema de] mercado capitalista moderno: a necessidade de conciliar liberdade individual com estabilidade social, assegurar a acumulação de capital e a reprodução da classe trabalhadora, tudo de acordo com as restrições da democracia liberal e economia de mercado.” (Migone, 2006, p. 106)

Para situar nossa discussão, daremos uma breve definição do que é ordem espontânea. O *New Palgrave Dictionary of Economics* define “ordem espontânea” como “um padrão reconhecível que é produzido por um processo que não envolve direção por meio de planejamento direto ou criação para algum propósito específico, apesar de que pode ter resultados úteis” (Boettke; Dirmeyer, 2008)<sup>3</sup>. Assim, processos nos quais se pode interpretar que existe uma ordem espontânea ocorrem todos os dias, sendo o melhor exemplo o mercado, o lugar no qual se afirma que essa ordem se manifesta através da (não) intervenção da mão invisível.

2 “Ao contrário da visão naturalista que enxerga a atividade humana e a vida como sendo guiadas pelas ‘leis da Natureza’, a ideia expressivista é que a atividade humana e a história devem ser vistas como a autoexpressão humana, dentro da qual é concedida à liberdade humana um papel principal como a forma autêntica de sua expressão” (Özel, 2007).

3 Caldwell argumenta que o termo correto seria “ordens estruturadas complexas e adaptativas” (Caldwell, 2016). O termo “ordem espontânea”, apesar de ser abrangente demais, é o termo que se fixou na literatura, então usaremos o termo com esta ressalva.

Este artigo está dividido em cinco seções: a primeira é uma introdução histórica, cobrindo os antecedentes do conceito de ordem espontânea da Antiguidade à Escola Austríaca, passando pelo iluminismo escocês; na segunda, discutimos a visão de Hayek e o papel da ordem espontânea em seu pensamento; na terceira, avaliamos algumas críticas ao conceito de ordem espontânea, especialmente ao de Hayek, formuladas por diversos autores; na quarta discutimos a importância da contribuição de Karl Polanyi para esta discussão; uma última seção apresenta nossas conclusões, em que o conceito de duplo movimento de Karl Polanyi tem características muito similares ao que Hayek entendia como ordem espontânea.

### 1. A noção de ordem espontânea

A noção de ordem espontânea pode ser traçada até alguns filósofos da Antiguidade. Boehm (1994) afirma que há indícios de ideias semelhantes em Aristóteles e, séculos mais tarde, em Tomás de Aquino. Hosseini argumenta que a expansão islâmica fez com que a profissão de comerciante se tornasse uma profissão respeitável, por ter sido uma profissão de Maomé. “O profeta Maomé se opôs a coagir mercadores a vender preços que resultariam em perdas no sentido de que essas medidas resultariam em perdas para a classe comerciante, *destruir o processo de mercado*, e colocar um fim no comércio” (Hosseini, 2003, p. 92, grifo acrescentado). Assim, criou-se no pensamento islâmico uma desconfiança do Estado e uma preferência pela autorregulação do mercado. Graeber afirma que a veneração do mercador e a ideia de que o mar (o oceano Índico) era um lugar livre para o comércio criaram “a primeira ideologia de mercado livre popular no mundo” (Graeber, 2011, p. 278).

No pensamento ocidental, os primeiros esboços de uma teoria mais definida de ordem espontânea surgiram na Espanha do século XVI, graças à Escola de Salamanca, um importante centro do pensamento filosófico durante os séculos XVI e XVII<sup>4</sup>. Fundada pelo rei Afonso IX de Leão, esta escola reuniu teólogos e filósofos especialistas em direito natural e canônico, que teve influência durante séculos no pensamento medieval espanhol, refletindo-se até mesmo na América Latina (Teixeira, 2012; Silva, 2013; ver também Barry, 1982). Para eles, a economia política era um apêndice da ética, portanto preocupações como o “preço justo” eram importantes. Eles escreveram em uma época em que não existiam “mercados livres” na Europa, mas estes eram fragmentados e cativos (Teixeira, 2012, p. 26). Nesse contexto, era revolucionário “defender a empresa livre e a lógica econômica” (p. 29). Assim, o comércio poderia organizar a si mesmo, sem a necessidade de intervenção *contínua* do Estado, que era vista com um ceticismo parecido com o dos austríacos atuais<sup>5</sup>.

4 Deve ser notado que a influência do Islã sobre o pensamento escolástico medieval (incluindo a Escola de Salamanca, que tinha a vantagem de estar em uma área colonizada por muçulmanos) é bem documentada (e.g., Ghazanfar, 2003).

5 Rothbard argumentou que a Escola de Salamanca é a verdadeira precursora do pensamento austríaco (Rothbard, 1976). Porém, Jefferies e Denis (2015) argumentam que esta é uma visão equivocada, pois a Escola de Salamanca precedeu ideias de várias escolas de pensamento, não só a austríaca, e que o argumento de Rothbard seria parcial e impreciso, mais preocupado em legitimar sua própria visão de precursores da sua abordagem do que uma pesquisa historiográfica imparcial.

Durante o século XVII, Barry (1982) afirma que ocorreram dois desenvolvimentos importantes para a tradição da ordem espontânea: o primeiro foi o reconhecimento, graças aos esforços do jurista *sir* Matthew Hale, da *Common Law* – o direito consuetudinário que baseia a jurisprudência nos costumes e regras práticas – como base do sistema legal da Grã-Bretanha. O segundo foi a revolução científica, pela qual vários avanços permitiram uma maior compreensão do mundo, entre os quais se destaca a física newtoniana. Uma característica importante do modelo newtoniano é que permitia dar uma explicação racional e harmônica da natureza, como colocou Bianchi (1988):

“A ampla disseminação da física newtoniana faz com que a natureza seja encarada como um sistema de forças plenamente articulado, passível de entendimento, mensuração e manipulação [...] o *Tableau Economique*, do Dr. Quesnay, de 1758, embora inspirado no movimento de circulação do sangue, explícita de forma inequívoca uma concepção mecanicista da economia. Num quadro de três colunas, com seis pontos de partida e chegada, o domínio econômico é apresentado como um conjunto harmônico, em que cada parte cumpre uma função insubstituível na manutenção do todo. É o universo-máquina, o universo-relógio de funcionamento impecável, decomponível em elementos de extrema complexidade, mas, em princípio, acessível aos sentidos e mensurável. Abandona-se em definitivo a pretensão medieval de conhecer essências e causas finais, ao mesmo tempo em que a matemática é mantida como a grande ferramenta de trabalho, na prática das ciências empíricas”. (Bianchi, 1988, p. 76, grifo acrescentado) Em 1705, o médico holandês radicado na Inglaterra Bernard de Mandeville chocou a opinião pública com seu poema *The Grumbling Hive*<sup>6</sup>. A polêmica residia no fato de que Mandeville conta a história de uma colmeia na qual suas habitantes aladas eram interesseiras, invejosas, egoístas, verdadeiras patifes. Porém, foram os vícios naturais de cada uma que contribuía para a prosperidade global da colmeia. Para Dumont, o que Mandeville fez foi separar a economia da moralidade, em que os indivíduos fazem suas decisões com base no social, dependendo do que é certo ou errado na sua própria cultura. E, no sistema econômico, os indivíduos fazem suas escolhas com base no seu próprio interesse. “É a sociedade não é nada mais que o mecanismo – ou a Mão Invisível – pela qual os interesses se harmonizam.” E se a harmonização falha, o sistema moral, i.e., culturas e instituições vão “reafirmar seu papel [na sociedade] e autorizar intervenção política” (Dumont, 1979, p. 75-79)<sup>7</sup>.

6 Comumente mal traduzido como *A Fábula das Abelhas*, que é o título do livro posterior dele, que em realidade consiste no texto original do *Grumbling Hive* acrescido de outras obras do autor. A tradução literal seria *A Colmeia Barulhenta*. Nele, Mandeville desafiou a noção, que vinha desde Aristóteles, de que “boas leis fazem bons cidadãos”, embora Maquiavel tenha sido o primeiro a fazer isso (Bowles, 2003, p. 475). Deve-se levar em conta também que esta é uma obra difícil de ser interpretada por ter sido inicialmente concebida como uma sátira às campanhas moralistas da época (ver Dumont, 1987, p. 61-81).

7 Hayek considera que a maioria das ideias de Mandeville não eram originais; eram ideias em voga da época, as quais ele utilizou para ilustrar seu ponto, e portanto ele considera a sua contribuição para o estudo da ordem espontânea como sua contribuição mais importante (Hayek, 1967).

O iluminismo escocês foi um movimento importante para a construção do conceito. A razão pela qual esta ideia se desenvolveu durante esse movimento foi que os escoceses se dedicaram, em especial, a um tema em particular: resolução de conflitos. Otteson identificou quatro pontos que ligam os vários filósofos escoceses que os levaram a elaborar uma ideia de ordem espontânea, o qual ele chama de “modelo de mercado”: negociação, cooperação e os arranjos que derivam destes processos; objetividade mediana, de forma a abarcar a racionalidade humana limitada; interesse próprio, em que este estaria aliado à empatia; e bem-estar geral, em que os sistemas de ordem tendem a conduzir a um benefício geral no longo prazo, mesmo que no curto prazo haja preocupações egoístas. (Otteson, 2007, p. 22-26). Assim, os filósofos escoceses puderam elaborar toda uma escola de pensamento em que um dos focos principais era a resolução não violenta de conflitos. Podemos citar dois exemplos: Adam Ferguson e Adam Smith.

Adam Ferguson, considerado um dos precursores da sociologia moderna, defendeu em sua obra *An Essay on Civil Society* (Ferguson, 1819) que a sociedade comercial surgiria “espontaneamente”, através do ajustamento das reações das pessoas às circunstâncias. Sua descrição está na segunda seção do terceiro livro, chamada “The history of political establishments”, e se encaixa muito bem com as definições modernas de ordem espontânea. Ele busca descrever como a sociedade evoluiu, desde o estágio da barbárie até a sociedade comercial, mas, diferentemente de Hobbes, ele não enfatiza a existência de um contrato social, apenas propõe que essa ordem é atingida através do intercâmbio e da combinação dos interesses de seus integrantes. Ainda assim, Ferguson era cético em relação ao resultado social decorrente desse processo; ele acreditava que a sociedade comercial poderia alienar o homem dos valores éticos, como espírito público e cavalheirismo, e logo o interesse próprio não conseguiria sozinho manter uma sociedade unida (cf. Barry, 1982).

Também, em qualquer estudo sobre ordem espontânea, não é possível deixar de citar Adam Smith. A “mão invisível”, para ele, pressupunha que a ordem é criada independentemente da vontade tanto dos estadistas quanto dos mercadores, mas fazendo uma análise mais acurada de sua obra, vemos que ela só poderia se tornar uma ordem boa se o Estado pudesse calibrá-la. Camargos (2001) comenta que:

“Se o estadista optasse pela abordagem de Smith, deveria, primeiramente, ter o conhecimento histórico do contexto da nação que dirige para aprender o comportamento da população face às suas motivações e levar em consideração que: 1) o resultado social beneficente é essencialmente autorregulado pelas forças do mercado e as instituições sociais; e 2) nas eventuais, mas prováveis, falhas de mercado, é dever do Estado adiantar-se nos ajustes e aprimoramentos institucionais que se fizerem necessários para atenuá-las e corrigi-las. De outra forma, a mão invisível do mercado explana o resultado social beneficente, *mas sob o auxílio da mão benevo-*

*lente e justa do Estado*. E é claro, todos estes termos devem ser apreendidos segundo o que foi exposto por Smith”. (Camargos, 2001, p. 134, grifos no original) Embora haja inúmeras interpretações da obra de Smith, o consenso é que ele apoiava a criação de riqueza nacional por meio de métodos descentralizados, i. e., tipicamente sem a intervenção estatal, ao mesmo tempo em que não despreza completamente a intervenção governamental<sup>8</sup>.

Durante quase todo o século XIX, no período de auge do utilitarismo, o programa de pesquisa da ordem espontânea foi deixado de lado. O utilitarismo, como colocado por Jeremy Bentham e os dois Mill, pregava que o objetivo do governo era aumentar o bem-estar da sociedade através da elaboração de leis e instituições, demonstrando pouco entusiasmo pelos resultados espontâneos da interação humana. Entre os que ainda continuavam a acreditar na espontaneidade organizacional como a melhor resposta aos problemas sociais estavam os seguidores de Frédéric Bastiat e Herbert Spencer (cf. Barry, 1982), mas, no final do século XIX, surgiu a Escola Austríaca, de Carl Menger, que renovou o interesse pela perspectiva.

## 2. Hayek e a Escola Austríaca

Em sua obra *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der politischen Oekonomie insbesondere*<sup>9</sup>, Menger escreveu:

“Outra porção dos [fenômenos sociais], porém, não é o resultado de um acordo de membros da sociedade ou legislação [...] Linguagem, religião, lei, até mesmo o Estado, e, para mencionar alguns fenômenos econômicos e sociais, o fenômeno dos mercados, da competição, da moeda, e várias outras estruturas sociais surgem em épocas da história em que não podemos falar propriamente de uma atividade proposital da comunidade a fim de os estabelecerem”. (Menger, 1985, p. 146) O foco de Menger e de seus seguidores na escola austríaca está no indivíduo. Na visão deles, “Apenas o indivíduo é real; a sociedade é o efeito líquido de ações individuais” (Clark, 1993, p. 375), e será, portanto, o indivíduo quem melhor contribui para o resultado social. Por esse motivo, as ações dos indivíduos não devem sofrer interferências, e, conseqüentemente, os austríacos veem o governo com muitas suspeitas. Para eles, o governo não deve interferir no processo de decisão do indivíduo, coagi-lo, porque o resultado social será *subótimo*.

Entre os pensadores que expandiram o pensamento de Menger, Friedrich Hayek foi sem dúvida o maior propagador do conceito de ordem espontânea no século XX. Mas,

8 O que Adam Smith queria dizer quando falava de mão invisível é objeto de muita discussão, a ponto de ser considerado um subprograma de pesquisa dentro da literatura sobre a ordem espontânea, portanto será tratado apenas superficialmente neste trabalho. Grampp (2000) enumera *nove* interpretações diferentes (entre elas, a interpretação de que Adam Smith estava fazendo uma piada ao falar de “mão invisível”) (p. 450).

9 Título que pode ser traduzido como “Investigações sobre o método das ciências sociais e da Economia Política em particular”, obra originalmente publicada em 1883.

para entender como se originou, é necessário considerar seu desenvolvimento intelectual, entender o que ele tinha em mente para chegar a esse tópico. De acordo com Caldwell (2004, p. 171), os primeiros esboços de uma ordem espontânea apareceram pela primeira vez em uma palestra intitulada “The Trend of Economic Thinking”, de 1934, onde ele sugere que há um mecanismo para coordenar atividade econômica que não foi inventado ou planejado; mas foi o debate do cálculo econômico socialista que ajudou Hayek a cimentar sua posição.

Esse debate começou quando Ludwig von Mises publicou em 1920 um artigo em que afirmava categoricamente que é impossível que uma economia planejada funcione eficientemente. Caldwell (1997) afirma que Mises tinha em mente uma das propostas de Otto Neurath, que afirmava que o planejamento econômico dos tempos de guerra poderia ser levado adiante em tempos de paz, através de um sistema de “contas nacionais” (não relacionado com o conceito atual) que permitiria atender objetivamente as necessidades de cada pessoa, física ou jurídica; em tal situação, o dinheiro seria dispensável e uma economia poderia funcionar sem moeda. Como Mises era um teórico monetário, e um dos fundamentos da Escola Austríaca é que a moeda emergiu através de um processo de ordem espontânea, ele rechaçou esse argumento<sup>10</sup>. Contrariamente, Mises afirma que “quando não há um mercado livre, não há mecanismo de preço; sem um mecanismo de preço, não há cálculo econômico” (Mises, 1920), ou seja, sem um sistema de sinais como o sistema de preços que permita o cálculo de benefícios e custos, os empresários não teriam como obter uma alocação de recursos racional, a menos que tivéssemos planejadores centrais oniscientes.

Os socialistas deram ouvidos a estas críticas, e não desanimaram. O argumento deles na *época era que* um governo socialista poderia emular as qualidades que eles consideravam positivas do mercado através do poder do governo voltado para a promoção do bem-estar do trabalhador numa sociedade, teoricamente, sem classes. Henry Dickinson acreditava que através do modelo walrasiano poder-se-ia calcular quantidades e preços ótimos em qualquer economia, tanto socialista quanto capitalista. O problema, então, do planejador central era simplesmente montar o modelo e a base de dados (Dickinson, 1933). Mas o economista socialista que deslanchou a versão mais conhecida e profunda desse debate foi Oskar Lange. Em seu artigo *On the economic theory of socialism*, escrito em 1936, ele argumentava que, se os preços fossem entendidos como custos de oportunidade, isto é, “termos nos quais alternativas são fornecidas”, a fixação de preços não seria apenas uma peculiaridade do sistema capitalista (Lange, 1936). Então, numa economia socialista, os preços seriam dados por um “comitê de planejamento central”. Com isso, as firmas não existiriam para maximizar lucros, senão para fornecer bens à sociedade seguindo o critério “a cada um segundo sua necessidade”, e o mecanismo de entrada e saída

---

10 O argumento de uma economia sem moeda também não teve boa acolhida entre outros socialistas.

de firmas seria emulado por meio de expansão ou contração da atividade. Problemas na fixação de preços seriam corrigidos por meio de tentativa-e-erro. Haveria também um mercado de bens de consumo livre, mas um mercado de bens de capital controlado, o que eliminaria a desigualdade de renda. Interessante notar que, posteriormente, Lange se dedicou ao estudo da estatística<sup>11</sup> e da cibernética, pois ele acreditava que avanços na ciência da computação permitiriam ao planejador fazer um sistema de equações computacional que simplesmente resolveria o “sistema de equações de uma economia”. Uma tentativa de levar a cabo essa ideia foi o projeto Cybersyn, que foi desenvolvido durante o governo de Salvador Allende no Chile<sup>12</sup>.

Em sua resposta, Hayek demonstrou a dificuldade de se obter a informação necessária para tal empreendimento; ele apontou as dificuldades a respeito de como formular as equações, de como o sistema era incapaz de se adaptar, enfim, seria um esforço completamente infrutífero tentar fazer um modelo walrasiano completo da economia para criar artificialmente um sistema socialista de preços que fosse justo para a nação<sup>13</sup>. Em dois artigos, “Economics and Knowledge” (1937) e “The Use of Knowledge in Society” (1945), ele argumenta que nenhum planejador central tem informação suficiente para decidir o que é melhor para a sociedade, porque, “o conceito de equilíbrio [geral] é de nenhuma significância” (Hayek, 1937, p. 36). Então, Hayek começou a desenvolver uma teoria de uma economia sem equilíbrio geral. O problema, para ele, surge com a expressão “informação dada”, que é um conceito relevante para modelos teóricos, mas que não se aplicaria à realidade. Faltaria ao planejador central não só saber as informações necessárias para o cálculo, mas também não teria como determinar quais delas seriam as efetivamente relevantes.

A mais conhecida investida de Hayek contra o pensamento socialista foi o livro *O Caminho da Servidão* (1944). A tese principal do livro é que, se a sociedade entregar o controle dos meios de produção ao Estado, mesmo que em condições democráticas, vai acabar levando ultimamente à perda de liberdades individuais e à dominação da ideologia estatista, porque a ideologia estatista teria que passar por cima do indivíduo para realizar suas políticas. Para Hayek, a relação entre o mercado competitivo e a liberdade individual é inviolável. Embora neste livro ele não tenha tocado muito na questão do conhecimento, seus pressupostos estão implícitos, como quando fala que a concorrência é um método de coordenação de esforços, sem intervenção coercitiva (Hayek, 1990, p. 58).

---

11 Ele se tornou posteriormente um dos pais da econometria.

12 Para mais informações, ver Medina (2006). Apesar de que é incerto dizer se os desenvolvedores do Cybersyn seguiram a ideia de Lange diretamente, com certeza eles tinham o mesmo espírito. De forma semelhante, houve projetos de se criar uma economia cibernética na União Soviética, mas eles nunca foram adiante devido a uma série de razões, especialmente por ter ignorado os usuários do sistema, i.e., a população soviética por querer construir tudo “por meio de decretos” (Gerovitch, 2008).

13 Ele também colocou o problema de incentivos, abrindo caminho para a pesquisa da teoria da escolha pública, que não é o foco do presente trabalho.

O saldo do debate foi que Lange provou que uma economia socialista planejada poderia funcionar dentro do *frame work* walrasiano, o qual Lange acreditava que era um modelo preciso da economia real (Burczak, 2006, p. 32); em 1967, ele escreveu que simplesmente “podia-se colocar as equações simultâneas num computador eletrônico e obteríamos a solução em alguns segundos” (Lange, 1967, p. 158). Pode parecer uma solução fácil a um problema complexo, porém a crítica de Hayek ainda é relevante na era da economia digital. Por um lado, como lembra Medina (2006, p. 604), ao comentar sobre o fracasso do projeto Cybersyn: “[o] Trabalho *não se comportou como um fator de produção, mas como um corpo de indivíduos autoconscientes capazes de criticar e resistir ao sistema*”, ou seja, o esforço não pode ser facilmente incluído numa função de produção, algo de que economistas marxistas deveriam estar cientes<sup>14</sup>. Mas a crítica de Hayek vai além. Segundo ele, o mercado é um sistema no qual os indivíduos estariam mais preparados a reagir em resposta a choques imprevistos, e por isso seria melhor do que uma economia planejada. Mas apesar disso o mercado seria capaz de se autorregular, atingindo uma ordem que não necessita de um planejamento prévio; com isso foram lançadas as bases do conceito de ordem espontânea, que ele desenvolveria em alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O conceito hayekiano de ordem espontânea está mais claro em sua obra de três volumes *Direito, Legislação e Liberdade* (Hayek, 1973) e representa sua tentativa de criar diretrizes para uma sociedade baseada no liberalismo<sup>15</sup>.

Para Hayek, existem duas maneiras de considerar as estruturas das atividades humanas: o racionalismo construtivista e a evolução da sociedade. Ele considera a primeira perspectiva como sendo imprópria para a análise social. O racionalismo construtivista<sup>16</sup> teria sua origem no pensamento de Descartes, mas sua ascendência intelectual pode ser traçada até a filosofia grega antiga. Segundo Hayek, para Descartes “a razão se definia como dedução e lógica a partir de premissas explícitas; ação racional veio também a significar apenas aquela ação inteiramente determinada pela ação conhecida e demonstrável” (Hayek, 1985, p. 4). Com isso, uma instituição elaborada de acordo com um planejamento matematicamente<sup>17</sup> explícito deveria ser superior. A ação racional e intencional do ser humano poderia criar instituições melhores e substituir as antigas, que, derivadas de costumes e tradições, seriam deixadas de lado se não pudessem ser incluídas na nova

14 Isso, evidentemente, não tem impedido todos os manuais de microeconomia de acharem que isso é algo viável.

15 Existe uma possibilidade de que essa necessidade de se criar essas diretrizes pode ter surgido de suas discussões com Keynes. Após ler *O caminho para a servidão*, o economista inglês comentou que concordava em espírito com Hayek, mas ele também subestimava a praticidade de um meio termo entre planejamento e mercado (Keynes, 1944).

16 Termo criado por Hayek e usado como *umbrellaterm* apenas, ao que tudo indica, pelos seus seguidores.

17 Lembrando que Descartes também era matemático e é creditado por ter elaborado o plano cartesiano e a geometria analítica. Levar para a política os seus avanços na área matemática seria meramente um passo lógico de sua filosofia. Bresser-Pereira (2009, p. 167) lembra que Descartes “observou que a matemática é a única disciplina dotada de evidência e certeza, e sugeriu que tais critérios deveriam ser aplicados a todas as ciências”.

ordem. *É exatamente por isso que Hayek rejeita esse modo de pensar, explicando que muitas instituições defensáveis da sociedade resultam, na verdade, “de costumes, hábitos ou práticas”* (p. 5). Devido ao fato de que a sociedade é regida por fenômenos complexos, seria impossível ter controle sobre todos os fatos relevantes.

Para Hayek, pode-se dividir o conceito de ordem em dois tipos, emprestando os termos gregos: *taxis*, para designar ordenamento planejado, chamado por nós de “organização”, e *kosmos*, chamada por nós de “ordem espontânea” ou até mesmo “organismo”<sup>18</sup>. As organizações seriam criadas por intervenção e planejamento humano, e seriam exógenas às interações sociais. Um exemplo disso seria a organização de um exército: se os soldados agissem independentemente uns dos outros, sofreriam grandes baixas. Por outro lado, a ordem espontânea é o foco de Hayek, pelo qual a maioria das instituições emerge.

Para construir uma explicação melhor sobre o desenvolvimento das instituições, ele recorre à teoria da evolução<sup>19</sup> como modelo para explicar a evolução cultural. Entendendo que os organismos evoluíram de acordo com condições ambientais únicas e complexas e que, portanto, seria impossível prever a direção da linha evolucionária, Hayek adaptou esse conceito para explicar as características da cultura e das instituições das diversas sociedades humanas. Na sociedade, as condições são dadas pelo ambiente e pelo desenvolvimento das normas e são transmitidas de indivíduo para indivíduo, de geração em geração, e a permanência de uma instituição é justificada pela utilidade que gera ao grupo.

Com isso Hayek conclui que há uma falsa dicotomia entre “artificial” e “natural” existente desde os filósofos gregos<sup>20</sup>. Porém, essa dicotomia é falsa no sentido em que existe uma terceira categoria de fenômenos que, utilizando as palavras de Adam Ferguson, “são resultado de ação humana, mas não de intenção humana” (ibid., p. 17; original<sup>21</sup>, Ferguson, 1819, p. 222). Logo, usar o termo “natural” para descrever instituições resultantes de evolução cultural seria errado (Hayek, 2013).

Caldwell também lembra que Hayek rejeitou a falácia naturalista: só porque algo sobrevive, não significa que é melhor ou bom (Caldwell, 2002, p. 298). O lema da teoria da evolução é “sobrevivência dos mais aptos”, não “sobrevivência dos mais fortes” ou até mesmo “sobrevivência dos mais eficientes”. E isso é verdade no mundo da evolução cultural.

A importância da ordem espontânea reside no fato de que, como já demonstramos ao longo do trabalho, essa ordem surge através da interação individual de milhares de in-

18 Já que Hayek prefere considerar a sociedade como se fosse um organismo. Hayek preferia utilizar metáforas biológicas (como em Hayek, 2013).

19 Hayek rejeitou a caracterização da sua teoria como “darwiniana”, considerando essa denominação errônea (Hayek, 2013), mas não contradiz o caráter evolucionário em seu pensamento. Ver Caldwell (2002) para uma exposição de seu pensamento. O individualismo metodológico de Hayek era particularmente diferente do que se entende por essa expressão, e Hayek favorecia seleção por grupos em vez de indivíduos.

20 Os termos gregos eram *physis* e *thesis* (ou *nomó*), que significavam, respectivamente, “por natureza” e “por convenção”.

21 Na verdade, Ferguson atribui essa frase ao cardeal Jean Gondi de Retz (1612-1679).

divíduos, sem gerar uma situação de anarquia. Porém, para Hayek, as organizações estão integradas numa ordem espontânea maior e mais complexa que forma a sociedade, e é essa a complexidade, o homem não pode “construir a si mesmo” (Hayek, 2013).

Pelo contrário, como Caldwell colocou, a grande importância da pesquisa de Hayek reside no fato de perguntar: “por que instituições das quais temos desgosto e que não podem ser explicadas por meio de ação humana autônoma vieram a existir e sobreviver?” (Caldwell, 2002, p. 299). Lavoie resumiu o caso pela intervenção mínima possível exatamente por essa escassez epistêmica, para a qual Hayek chamou a atenção: “planejadores não estão realmente planejando, mas interferindo violenta e seletivamente em uma ordem econômica a qual eles não entendem” (Lavoie, 1986, p. 12). *É por isso que qualquer projeto com base no programa racionalista construtivista fracassará em produzir uma sociedade livre.*

### 3. Algumas críticas ao conceito de “ordem espontânea”

O conceito de ordem espontânea leva seus proponentes a sugerirem que a intervenção humana só piora em muitos planos a situação da sociedade. Evidentemente, esse limite sugerido para a racionalidade humana encontrou oposição. O que se exporá nesta parte será o contraponto a essa perspectiva: a visão de que as instituições surgem fundamentalmente como resultado de um esforço consciente de criação do próprio ser humano, com base em uma pequena amostra pluralista de diferentes críticas ao conceito. Nosso objetivo nesta seção é demonstrar que há debate em relação aos conceitos, e as perspectivas de Malthus, Marx, Bromley e Sandefur, apesar de não representarem todo o escopo, são suficientes para os objetivos deste artigo.

Desde que Adam Smith enunciou o princípio da mão invisível, sempre existiram críticas a esse conceito. Malthus, na introdução ao *Principles of Political Economy*, escreveu que “*é obviamente impossível para um governo deixar as coisas seguirem seu curso natural; e para recomendar tal linha de conduta, sem limites e exceções, só poderia trazer desgraça aos princípios gerais, como totalmente imprático*” (Malthus, 1836). Mas, para ser justo, ele escreveu no próximo parágrafo: “Seguramente, entretanto, pode ser dito que a propensão a governar demais é uma indicação certa de ignorância e incompetência”, e preferiu um meio termo, enfatizando que o papel do estadista era manter o bom funcionamento da “direção natural da indústria e do capital”.

Marx (1996) afirmava que, para que o processo de acumulação primitiva conseguisse se efetivar e expandir a acumulação capitalista, foi necessário criar um ambiente legislativo para isso. “A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência” (Marx, 1996, p. 359). Portanto, à medida que o governo vai sendo cada vez

dominado pela burguesia, mais as leis vão moldando a sociedade à imagem e semelhança do capitalista, na qual “a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar” (idem, p. 275). Nessa visão, as instituições econômicas não são criadas por meio de um processo de ordem espontânea, mas através da imposição de mecanismos capitalistas<sup>22</sup>.

Bromley (2006) considera as instituições como sendo a arquitetura da existência social e argumenta que o conceito de ordem espontânea não passa de “um mecanismo de conto de fadas” (p. 41)<sup>23</sup>. Em sua opinião, “Todo mercado é uma construção social, e mudanças nos parâmetros que o constroem – novos arranjos institucionais – também são criações humanas” (p. 33). Para ele, de maneira semelhante à defendida por Hayek, a ação coletiva também é importante para as relações de mercado e sociais em geral, “a economia está sempre no processo de se transformar” (p. 40) e também rejeita a abordagem de equilíbrio geral. Porém, a ação coletiva só pode florescer sob um regime legal, com participação ativa do Estado, para garantir direitos de propriedade e criar novas instituições econômicas. Devido à complexidade e à existência de outros tipos de transações além da barganha, a saber, as gerenciais e de racionamento (seguindo a classificação proposta por Commons), o governo deve interferir, criando instituições para lidar com elas<sup>24</sup>. Por isso, “as instituições constituem uma ordem construída” (p. 41). Também “costumes evoluem para leis quando há razões suficientes para essa evolução” (p. 48). Diferente do que é comumente argumentado, Bromley sugere que as instituições não servem apenas para limitar a ação humana, mas também servem para expandi-la, criando novos campos de ação humana; em outras palavras, elas podem aumentar, em vez de diminuir, a liberdade e a agência do indivíduo.

Em uma linha de argumentação com fins semelhantes aos de Hayek, porém com uma crítica ao método, Sandefur (2009a) conclui que não há como distinguir realmente entre ordem construída, ou idealizada por meio do racionalismo construtivista, e ordem espontânea, porque essa avaliação depende do ponto de vista do observador. Ele dá um exemplo: uma escola tem que construir calçadas num gramado para os alunos se movimentarem de um lugar para outro. Normalmente, um arquiteto planejaria os caminhos de acordo com o que achar melhor, mas um arquiteto confiante nos princípios de Hayek esperaria um ano para observar onde a grama estaria mais pisoteada pelo ir e vir espontâneo dos alunos para só então despejar o concreto. O problema é que o arquiteto *tem que* despejar o concreto algum dia e, no momento em que ele fizer isso, ele poderá ser

22 Porém, deve-se enfatizar que Marx não estava ignorante do papel “espontâneo”, na falta de um termo melhor em seu contexto, das forças produtivas. Ver Germer (2009) para uma elaboração de seu conceito de complexidade que surge das forças produtivas.

23 Tanto é que o autor, para não analisar o conceito e suas implicações, trata-o como algo, de certa forma, não importante para o pensamento econômico, apenas um erro, na melhor das hipóteses.

24 Bowles (2003) construiu um modelo que indica que os direitos de propriedade *podem* ter surgido espontaneamente, sem interferência de um governo. De qualquer maneira, o ponto de Bromley é que o governo é sempre necessário, no mínimo para garantir que esse acordo seja respeitado.

considerado um “racionalista construtivista” que interfere na ordem criada espontaneamente. Para Sandefur, o grande problema da ordem espontânea é que, apesar de ser um excelente conceito descritivo, não tem poder normativo algum e não há como condenar a coerção, porque a coerção pode estar presente em arranjos ditos espontâneos. “Liberdade é uma coisa boa porque [é um fim em si mesma] – não porque desenvolve ordem espontânea” (Sandefur, 2009b). Para ele intervenções governamentais no mercado são erradas, não porque interferem com o processo de ordem espontânea, mas porque pode privar o consumidor de exercer seu direito de escolha plenamente<sup>25</sup>.

#### 4. O pensamento de Karl Polanyi

A principal obra de Karl Polanyi foi *A Grande Transformação* (Polanyi, 2000). Diferentemente de Hayek, que tem uma obra muito mais difusa, a popularidade de Polanyi se concentra principalmente nessa obra, embora ele tenha escrito mais livros (e também esta foi por muitos anos a única obra de Polanyi traduzida para o português). Para Polanyi, uma economia de mercado “é uma economia dirigida pelos preços do mercado e por nada além dos preços do mercado” (Polanyi, 2000, p. 62). Porém, ele argumenta que, apesar dos mercados existirem há milênios, nenhuma sociedade teve sua economia controlada pelo mercado até a Revolução Industrial. A economia era parte da sociedade, por isso, apesar da procura por ganhos, haveria também uma preocupação social com a situação de todos os membros; dentro dessa perspectiva, não seria correto falar em uma propensão natural à barganha, tal como sugeriu Adam Smith. As trocas entre as sociedades teriam começado pelas diferenças de dotações de recursos naturais, inicialmente por meio da guerra e da pirataria, mas teriam evoluído para o mercado, uma forma mais pacífica de adquirir bens em vários casos. Houve um processo de especialização, que possibilitou melhores trocas. Mas posteriormente, com o desenvolvimento da sociedade de mercado, o fenômeno se inverteu, “em vez de a economia estar inserida nas relações sociais, as relações sociais estão inseridas na economia” (idem, p. 77).

O mercado autorregulado só pôde surgir quando a esfera econômica se separou da sociedade. Isso só foi possível graças à transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias, que Polanyi denomina como fictícias, pois “não foram feitas para serem compradas e vendidas”. Isso também enfatiza a artificialidade da economia de mercado, que só poderia ser alcançada através de mudanças institucionais dirigidas pelo governo. O argumento da espontaneidade do mercado é utilizado para justificar aqueles que detêm o poder no mercado (Clark, 1993) e para obter uma desculpa para o excesso de desigualdade em uma sociedade. No fim, o mecanismo de mercado autorregulado seria “uma ofensa à liberdade e dignidade humanas” (Thomasberger, 2006).

---

<sup>25</sup> Curiosamente, as visões ideológicas desses três autores, Marx, Bromley e Sandefur, são bem diferentes. O primeiro escreve com base na economia política socialista, o segundo com base no institucionalismo antigo e o terceiro no conservadorismo clássico norte-americano.

Polanyi não hesitou em falar o quanto o pensamento econômico liberal teria fracassado em entender a Revolução Industrial, por ter separado a economia da sociedade. “Animada por uma fé emocional na *espontaneidade*, a atitude de senso comum em relação à mudança foi substituída por uma pronta aceitação mística das consequências sociais do progresso econômico, quaisquer elas fossem” (Polanyi, 2000, p. 51, grifo nosso).

Para Polanyi, a sociedade comercial moderna não surgiu de um processo evolucionário, mas de uma imposição consciente das classes mais ricas. Ele reconstrói a história britânica, porque lá é onde foi desenvolvida a sociedade comercial e foi onde ocorreu a Revolução Industrial. A partir do século XVI, com a primeira onda de cercamentos, surgiram as primeiras sementes do processo que acabaria levando à Revolução Industrial, na medida em que terras eram cercadas, acabando com as terras comuns.

Polanyi aponta que o processo de cercamentos, iniciado no século XVI, promoveu uma grande reorganização da sociedade inglesa, e o custo social dessa reorganização foi muito alto, já que muitos camponeses perderam suas terras para a produção de lã. Ele argumenta que a sociedade inglesa não se destruiu graças à intervenção estatal, que possibilitou suportar o processo de transição provocado pelos cercamentos, socorrendo as vítimas e impondo uma legislação (e até mesmo desrespeitando-a) para poder controlar o ritmo do processo. Porém, essas ações da Coroa prejudicavam os capitalistas, que necessitavam do livre-comércio e da criação de um mercado de trabalho, e eles chegaram ao poder com Cromwell. Existia uma clara contradição entre o progresso econômico e a desarticulação social que o acompanhava; a transição estava impondo um custo considerável sobre a sociedade inglesa através do desmonte de velhas instituições e criação de novas.

Durante esse processo, a sociedade não permaneceu passiva em relação às mudanças; houve “um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado” (p. 98). Esse processo de impor restrições, quer seja pela regulação ou outros instrumentos com ou sem a presença do poder estatal, às mercadorias fictícias à medida que o comércio nacional e internacional vai se desenvolvendo, é chamada de duplo movimento, “a auto-organização da sociedade, algumas vezes com a ajuda do governo e outras vezes sem, para proteger o povo e a terra contra as forças desintegradoras do sistema de mercado” (Baum, 1996, p. 10). E através do duplo movimento, o custo de transição da sociedade poderia atingir níveis suportáveis, que não precisassem envolver a sociedade em uma conflagração, como uma guerra civil ou outro tipo de crise social<sup>26</sup>.

---

26 Obviamente, houve registros de agitação social na Inglaterra do século XIX, mas em nenhum momento houve ameaça de guerra civil, conforme Polanyi demonstra no início do livro. O conceito de duplo movimento pode ter alguma influência de Marx, porém para este autor a sociedade capitalista iria se enfraquecer e cair devido às suas contradições, à medida que o proletariado fizesse uma revolução para tomar os meios de produção (Marx, 1996, p. 381). A história demonstrou que a reação capitalista era muito mais eficiente em atender as demandas da sociedade por causa, exatamente, do duplo movimento, que permitiu que a sociedade capitalista e um mercado relativamente aberto existissem, pelo menos em alguns países.

Lentamente, o liberalismo tornou-se um credo, ou até mesmo uma religião secular<sup>27</sup>. Começou apenas como uma tentativa de eliminar algumas leis e regulamentações na produção até atingir a economia inteira. Mas, repetindo, nada disso evoluiu naturalmente. “As décadas de 1830 e 1840 presenciaram não apenas uma explosão legislativa que repelia as regulamentações restritivas, mas também um aumento enorme das funções administrativas do Estado” (Polanyi, 2000, p. 170). Havia uma participação firme do Estado para atingir um nível de regulação que tornasse o *laissez-faire* um princípio ativo da economia. Definitivamente um paradoxo, que “foi sobrepujado por outro. Enquanto [que] a economia *laissez-faire* foi o produto da ação deliberada do Estado, as restrições subsequentes ao *laissez-faire* se iniciaram de maneira *espontânea*. O *laissez-faire* foi planejado; o planejamento não” (idem, p. 172, grifo no original). No fim, Polanyi conclui que os liberais tiveram que se voltar contra o liberalismo.

No fim, Polanyi argumenta que esse processo de duplo movimento foi o que destruiu a sociedade criada no século XIX, danificada durante a Primeira Guerra Mundial, e entrou em colapso durante a Grande Depressão; isso permitiu a ascensão do fascismo e do socialismo, que seriam algumas das realizações do duplo movimento. Portanto, o mercado autorregulado seria um construto racionalista<sup>28</sup> (idem, p. 290). Nas palavras de Polanyi:

“A história econômica mostra que a emergência de mercados nacionais não foi, de forma alguma, o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental. Pelo contrário, o mercado foi a consequência de uma intervenção consciente, e às vezes violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não econômicas”. (p. 244)

E foi a ideologia de mercado que, para o autor, ao recusar-se a reconhecer a realidade da sociedade<sup>29</sup>, possibilitou a abertura de caminhos para que o fascismo e o socialismo chegassem ao poder, porque estes reconheciam a realidade da sociedade e suprimem as liberdades individuais que os liberais tanto afirmavam defender. Isso significa afirmar que o mercado estava ameaçando tanto a sociedade que ela, como um todo, preferiu trocar a liberdade autônoma e pessoal pela proteção do Estado, ao apoiar os governos fascistas e ditatoriais. Polanyi, porém, argumenta que em uma sociedade na qual o mercado participa da esfera social é possível preservar todas as liberdades, incluindo as que são defendidas pelos liberais, de forma coletiva, com a inclusão de todos os indivíduos na sociedade, moldada pela vontade e os desejos humanos.

27 Como Robert Nelson demonstrou em *Economics as Religion* (Nelson, 2001), escolas de pensamento econômico podem se transformar em religiões seculares.

28 Qualquer semelhança com o conceito de “racionalismo construtivista” de Hayek pode não ser mera coincidência.

29 Quando Margaret Thatcher disse que “não existe essa coisa de sociedade”, entendemos que era exatamente esse tipo de atitude que Polanyi tinha em mente. O liberalismo tende a considerar a sociedade como uma multiplicidade, isto é, apenas o indivíduo tem existência real, e as ordens sociais são resultado das interações individuais (Clark, 1993).

## 5. Conclusão

Por fim, chegamos à *conclusão deste trabalho* e reiteramos a pergunta inicial: por que comparar dois autores tão distintos quanto às suas ideias?

Acreditamos ter deixado claras as disparidades entre os dois autores, apesar do paralelismo biográfico mencionado no início. Hayek era um defensor intransigente do sistema de mercado livre, defendia a intervenção mínima do Estado em todas as áreas da sociedade (porém é comumente confundido com um neoclássico). Para Hayek, um Estado mínimo era um Estado forte. A ordem econômica em si poderia prover um nível de bem-estar maior se não houvesse interferência estatal nesta, nem mesmo para a criação de moeda<sup>30</sup>. Hayek também rejeitou a ideia de justiça social, o que é uma consequência lógica e inegável de sua filosofia<sup>31</sup>. Michael Polanyi<sup>32</sup>, que, aliás, era o irmão liberal de Karl Polanyi, criticou-o por “falar a uma sociedade apavorada com o desemprego enquanto [ele, Hayek] fica indiferente a esse problema” (Polanyi, 1949). Burczak (2006, p. 57) argumenta que existem “custos ocultos à posição de Hayek”, que mostram que a *rule of law* não é neutra e que a desigualdade pode emergir numa sociedade de mercado e alcançar níveis insuportáveis, porque os resultados do mercado podem ser sistematicamente enviesados contra os que detêm menos poder na sociedade. Bronk (2013) argumenta que, mesmo com todo o cuidado e ceticismo com as capacidades humanas, Hayek subestimou o grau de incerteza radical na economia, que faz com que os preços sinalizados pelo mercado sejam imperfeitos a ponto de minar o próprio processo de mercado.

Karl Polanyi, por outro lado, era um socialista embora não fosse um marxista; ele defendia que, se a sociedade deixasse o mercado se autorregular, estaria cavando a própria cova. Seu principal argumento era que a sociedade se defende da intrusão do mercado nas esferas da vida social através do processo de duplo movimento, e esse argumento sobreviveu até mesmo a algumas críticas à sua abordagem. A principal crítica, na perspectiva de alguns comentaristas, é que descobertas arqueológicas<sup>33</sup> após a Segunda Guerra Mundial teriam dificultado sua argumentação sobre o papel do mercado nas sociedades antigas, já

30 Hayek propôs um sistema complexo, no qual os bancos iriam competir pela criação de moeda, em *Desestatização do dinheiro* (Hayek, 2012).

31 “Para Hayek, as reivindicações por ‘justiça social’ não estão de acordo com a disciplina adquirida sobre a qual se constrói a riqueza da sociedade. O exame que ele faz do conceito de ‘justiça social’ leva-o a rejeitar totalmente essa noção enquanto sólido princípio da ação [...] ‘Justiça social’ não é, de forma alguma, a expressão inocente da boa vontade para com os menos afortunados que normalmente aparenta ser, mas sim a demanda, por parte de grupos específicos, de uma posição privilegiada. Talvez pior que isso, na opinião de Hayek, é ela oposta da verdadeira justiça, que é orientada por regras gerais aceitas por todos e imparcial quando diante dos diversos indivíduos e grupos” (Butler, 1987, 107-108).

32 Michael Polanyi codificou o conceito de conhecimento tácito, no qual o agente possui mais conhecimento do que aparenta (Polanyi, 1966). Tal conceito é importante para a elaboração de ordem espontânea, porém já está fora do escopo do artigo.

33 As principais pesquisas de Polanyi após *A Grande Transformação* aprofundaram suas análises das sociedades antigas, desenvolvendo esse assunto já brevemente comentado naquela obra. Sua visão do papel do mercado nas sociedades antigas foi criticada por diversos autores. Por exemplo, Hejebu e McCloskey (1999) citam vários estudos das culturas antigas que encontram pouca evidência de preços largamente administrados. North (1977) reconsidera o exemplo dos Kula, que Polanyi usou, e dá uma interpretação diferente, baseado em estudos posteriores.

que essas descobertas constatariam a existência de um mercado bem mais desenvolvido e até mais autorregulado do que ele supunha. Polanyi era um primitivista, que acreditava que “fatores culturais dominavam a economia, e em sociedades antigas a economia estava inserida no resto da sociedade e servia para outros propósitos além da geração de lucros”, e o primitivismo é rejeitado por muitos hoje em dia (Muukonen, 2009). Peter Drucker, um dos maiores teóricos em administração e amigo de Polanyi, observou que, de acordo com essas novas descobertas, no fim de sua vida, ele se tornou um homem bastante desapontado, “a boa sociedade não econômica ficava cada vez mais elusiva” (apud Carlson, 2006, p. 38)<sup>34</sup>.

Assim, concluímos que é razoável dizer que existem instituições que emergiram de um processo de ordem espontânea, mesmo que uma definição não controversa de ordem espontânea (e de instituições) não exista. Entendemos que a constatação de sua existência não lhe confere qualquer tipo de superioridade, ética ou operacional. Sugerir que por serem naturais algumas instituições são preferíveis a outras seria cometer a falácia naturalista de pensar que algo é bom porque é natural (e como demonstramos acima, isso era algo de que Hayek estava ciente). Isso não nos permite criar uma fórmula para determinar que partes da sociedade devem ser deixadas para se autorregular e que partes devem ter intervenção ativa do governo ou qualquer outro mecanismo de organização para funcionarem<sup>35</sup>.

No caso específico do mercado, centro da polêmica entre Hayek e Polanyi, pode-se admitir que, se estiver funcionando relativamente bem, até mesmo quando apresenta um certo nível de falhas de mercado, realmente é um lugar no qual trocas pacíficas e justas para as partes podem se realizar sem qualquer intervenção. Lister (2013) lembra corretamente uma das principais coisas que Hayek demonstrou: é que “os mercados e direitos de propriedade são importantes não só porque eles produzem riqueza, mas porque eles envolvem pessoas com valores e propósitos diferentes que podem cooperar de forma geralmente benéfica, apesar das discordâncias sobre como a sociedade pode alocar seus recursos”. A principal decorrência dessa visão é que isso permite a indivíduos diferentes agirem independentemente uns dos outros, na procura de suas metas individuais, ou seja, isso dá liberdade para agir como eles bem entenderem, o que emancipa o indivíduo, dá um campo de ação livre para ele. Ao dar essa autonomia, é possível que os indivíduos construam relações uns com os outros dentro do mercado<sup>36</sup>. E, devido a essa necessidade de preservar a autonomia individual, a sociedade se organizaria para deixar o mercado restrito à esfera na e para a qual surgiu.

34 Por outro lado, Tandy (1997) enfatiza que os *insights* de Polanyi estão corretos, porém suas posições mais enfáticas precisam de revisão.

35 Boehm (1994, p. 300) menciona que a única instituição a qual pode se afirmar que há certo consenso em dizer que surgiu e evoluiu por ordem espontânea é a linguagem.

36 A pesquisa em sociologia econômica vê a competição no mercado não só como conflito, mas também como oportunidade de construir relacionamentos. Ver Granovetter (1985) e Burt (1992).

Como foi dito anteriormente, talvez a crítica mais importante que pode ser a feita a Karl Polanyi é o fato de que ele minimiza o papel dos mercados em sociedades pré-capitalistas e se foca demais nos limites. Ainda assim, quando o mercado ultrapassa esses limites, ocorre o processo de duplo movimento. Pode-se argumentar que o duplo movimento é um tipo específico de ordem espontânea, porque a contestação e a resistência à penetração do mercado na vida social começam de forma descentralizada, nos indivíduos e, a partir de mecanismos de propagação (e.g., Bowles, 2003), que os indivíduos se dirigem a um ponto focal em questão e podem demandar proteção, seja através de revolução ou legislação<sup>37</sup>.

Mas é importante evitar uma falsa associação entre Estado e planejamento, e ter claro que mecanismos de planejamento e coerção não são exclusividade apenas do governo, como bem colocou Sandefur (2009a); este autor propõe um exemplo comparando o governo que determina que os empregados devem ter um plano de saúde e o executivo que determina que seus empregados devem ter o mesmo; em ambos há desígnio, mas os que o introduzem são entidades muito diferentes. Em realidade, indo além, podemos lembrar que, dado o nosso conhecimento arqueológico, ninguém conseguiu descobrir como o Estado foi fundado. Logo, ele mesmo se encaixa como um bom exemplo de ordem espontânea, no mínimo em suas origens, como Menger colocou em sua citação acima.

Se o Estado evolui por ordem espontânea, isso nos leva a uma conclusão secundária: já que o Estado age como um termostato, seja para as que pedem maior liberdade para auto-organização dos mercados ou, ao contrário, às que esperam uma maior restrição à ação dos mesmos, ele não pode ser considerado algo prescindível. Isso faz com que programas políticos (ou de pesquisa) baseados ou com fim no anarquismo político (anarcossindicalismo, anarcoprimitivismo, entre outros; anarcocapitalismo não é considerado um anarquismo, embora a ressalva em questão seja talvez até mais relevante) sejam questionáveis: há certas respostas que a sociedade espera do Estado, e o mercado não é suficiente para atender estas demandas. Como Polanyi alertou, se o duplo movimento não ocorrer democraticamente, ocorrerá autoritariamente. Assim, ele procurou demonstrar em *A Grande Transformação* a ascensão do fascismo e do socialismo como respostas ao fracasso do capitalismo na década de 1930; por isso a sociedade deve tomar cuidado com o próprio processo de duplo movimento. Então, se Polanyi estiver certo, o anarquismo deve ter em mente esses questionamentos caso deseje ser uma alternativa viável.

Instituições ainda são caixas-pretas sociais e esperamos que a discussão evolua para tentar decifrá-las. Sugden (1988) enumera três razões para justificar o estudo do conceito de ordem espontânea: a) através do mecanismo de preço e das convenções existentes em cada lugar, o mercado é um lugar onde esse conceito tem importância fundamental;

37 Nota-se que aqui também ocorre o dilema de Sandefur aqui: a partir do momento em que a ordem espontânea é reconhecida e institucionalizada (cimentada), ela deixa de ser considerada espontânea.

b) ele possibilita o entendimento e a criação de modelos com racionalidade limitada; c) o conceito ajuda a entender de onde surgem as crenças da sociedade. Adotar argumentos orwellianos de Estado bom, mercado ruim, e vice-versa, não faz com que o diálogo progrida. O nosso trabalho demonstrou que o mundo é mais cinzento do que muitas pessoas gostariam.

### **Hayek versus Polanyi: spontaneity and design in capitalism**

**Abstract:** This work introduces the concept of spontaneous order, its development through many schools of economic thought and its importance to today's society. It is given emphasis to Friedrich Hayek, since he has the most known model of spontaneous order, how he started to elaborate from his research about the role of the information on the economy and his maturation in *Law, Legislation and Liberty*. As a counterpoint to the Hayekian model, it is included criticism to the concept and the work of Karl Polanyi is analyzed. He diverged from Hayek about the role of the market in the society, when he affirmed that society protects itself from the invasion of the market in the other social spheres, through the process of double movement. Lastly, it is concluded that there is no evidence to discard the existence of spontaneous orders; the double, that double movement, because it is started with the individuals before taking legislative form, has the necessary characteristics to be considered a type of spontaneous order; and, due to the self-organizational trait of spontaneous order, there are practical problems in political anarchism.

**Keywords:** Spontaneous order. Double movement. Friedrich Hayek. Karl Polanyi. Invisible hand.

### **Referências**

- BARRY, N. The tradition of spontaneous order. *Literature of Liberty*, vol. 5, n. 4, p. 7-58, 1982.
- BAUM, G. *Karl Polanyi on ethics and economics*. Montreal & Kingston: Mc Gill – Queen's University Press, 1996.
- BIANCHI, A. M. *A pré-história da economia: de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BOEHM, S. Spontaneous order. In: HODGSON, G.; SAMUELS, W.; TOOL, M. (eds.). *The Elgar companion to Institutional and Evolutionary Economics L-Z*. Aldershot: Edward Elgar, 1994, p. 296-301.
- BOETTKE, P.; DIRMEYER, J. Spontaneous order. In DURLAUF, S. N.; BLUME, L. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 2008. Disponível em: <[http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008\\_S000480](http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_S000480)>. Acesso em: 15 de março de 2011.

BOWLES, S. *Microeconomics: behaviors, institutions and evolution*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da economia. *Revista de Economia Política*, vol. 29, n. 2, p. 163-190, 2009.

BROMLEY, D. *Sufficient reason: volitional pragmatism and the meaning of economic institutions*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BRONK, R. Hayek on the wisdom of prices: a reassessment. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v. 6, n. 1, p. 82-107, 2013.

BURCZAK, T. *Socialism after Hayek*. Ann Arbor: Michigan University Press, 2006.

BURT, R. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

BUTLER, E. *A contribuição de Hayek às ideias políticas e econômicas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

CALDWELL, B. Hayek and socialism. *Journal of Economic Literature*, vol. 35, p. 1856-1890, 1997.

\_\_\_\_\_. Hayek and cultural evolution. In: MÁKI, U. (ed.). *Fact and fiction in economics: models, realism and social construction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 285-303.

\_\_\_\_\_. *Hayek's challenge: An intellectual biography of F. A. Hayek*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

\_\_\_\_\_. F. A. Hayek and the economic calculus. *History of Political Economy*, 2016 (no prelo).

CAMARGOS, L. R. *Estado, mercado e resultado social: Reflexões sobre o paradigma da mão invisível*. São Paulo: Annablume, 2001.

CARLSON, A. The problem of Karl Polanyi. *The Intercollegiate Review*, vol. 41, n. 1, p. 32-39, 2006.

CLARK, C. M. A. Spontaneous order versus instituted process: The Market as Cause and Effect. *Journal of Economic Issues*, vol. 27, n. 2, p. 373-385, 1993.

DICKINSON, H. D. Price formation in a Socialist community. *The Economic Journal*, vol. 43, n. 70, p. 237-250, 1933.

DUMONT, L. *From Mandeville to Marx: The genesis and triumph of economic ideology*. Chicago: Chicago University Press, 1977.

FERGUSON, A. *An Essay on Civil Society*. Philadelphia: A. Finley, 1819.

GHAZANFAR, S. M. Scholastic economics and Arab scholars. In: GHAZANFAR, S. M. (ed.). *Medieval Islamic thought: Filling the "Great Gap" in European Economics*. London: Routledge, 2003, p. 5-22.

GRAMPP, W. D. What did Adam Smith mean by the Invisible Hand? *Journal of Political Economy*, vol. 108, n. 3, p. 441-465, 2000.

- GRAEBER, D. *Debt: The first 5,000 years*. New York: Melville, 2011.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- GEROVITCH, S. InterNyet: Why the Soviet Union did not build a nationwide computer network. *History and Technology*, vol. 24, n. 4, p. 335-350, 2008.
- GERMER, C. M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista*, n. 29, p. 75-95, 2009.
- HAYEK, F. A. Economics and knowledge, 1937. In: \_\_\_\_\_. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 33-55.
- \_\_\_\_\_. The use of knowledge in society, 1945. In: \_\_\_\_\_. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 77-90.
- \_\_\_\_\_. Individualism: true and false, 1946. In: \_\_\_\_\_. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980, p. 1-31.
- \_\_\_\_\_. Dr. Bernard de Mandeville. *Proceedings of the British Academy*, n. 52, p. 125-141, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985 [1973].
- \_\_\_\_\_. *O caminho da servidão*. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. [1944].
- \_\_\_\_\_. *Desestatização do dinheiro*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.
- \_\_\_\_\_. The overrated reason. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 35, n. 2, 2013, p. 239-256. [1982].
- HEJEBU, S.; MCCLOSKEY, D. The reproving of Karl Polanyi. *Critical Review*, vol. 13, n. 3-4, p. 285-314, 1999.
- HOSSEINI, H. Understanding the market mechanism before Adam Smith. In: GHAZANFAR, S. M. (ed.). *Medieval Islamic Thought: Filling the “Great Gap” in European Economics*. London: Routledge, 2003, p. 88-107.
- JEFFERIES, C.; DENIS, A. Was the School of Salamanca proto-Austrian? In: *ANNUAL UK HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT CONFERENCE*, 47, 2015. Manchester: The History of Economic Thought Society.
- KEYNES, J. M. Letter to prof. Hayek, 28 June 1944. In: JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. M.; ROBINSON, A. *The collected writings of John Maynard Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. Volume 27, p. 385-388.
- LANGE, O. On the economic theory of socialism. *The Review of Economic Studies*, v. 4, n. 1, p. 53-71, 1936.
- \_\_\_\_\_. The computer and the market. In: FEINSTEIN, C. H. *Socialism, capitalism and economic growth: Essays presented to Maurice Dobb*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967, pp. 158-161.
- LAVOIE, D. Political and economic illusions of socialism. *Critical Review*, v. 1, n. 1, p. 1-35, 1986.

LISTER, Andrew. The 'mirage' of social justice: Hayek against (and for) Rawls. *Critical Review*, v. 25, n. 3-4, p. 409-444, 2013.

MALTHUS, T. R. *Principles of Political Economy*. London: W. Pickering, 1836. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/title/2188/202514>>. Acesso em: 16 de julho de 2013. [1820].

MANDEVILLE, B. *A fábula das abelhas*. Disponível em: <<http://economiapoliticabrasil.blogspot.com/2009/03/fabula-das-abelhas-de-bernard.html>>. Acesso em: 19 de outubro de 2009. [1705].

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Volume I, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. [1867].

MEDINA, E. Designing freedom, regulating a nation: Socialist cybernetics in Allende's Chile. *Journal of Latin American Studies*, vol. 38, p. 571-606, 2006.

MENGER, C. *Investigations into the method of the social sciences with special reference to economics*. New York: New York University Press, 1985 [1883].

MIDGLEY, M. *Evolution as a religion: Strange hopes and stranger fears*. London and New York: Methuen, 1985.

MIGONE, A. *Globalization between the Hayekian and Polanyian perspectives: Spontaneous order or embeddedness?* 2006. 334 f. Tese (PhD in Political Science) – Simon Fraser University, Burnaby, Canada, 2006.

MISES, L. *Economic calculation in the socialist commonwealth*. Disponível em: <<http://mises.org/pdf/econcalc.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010 [1920].

MUUKONEN, M. Karl Polanyi and "The Double Movement". In: *CONFERENCE OF EUROPEAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION*, 9, 2009. Lisboa: European Sociological Association.

NELSON, R. H. *Economics as religion: From Samuelson to Chicago*. University Park: Pennsylvania University Press, 2001.

NORTH, D. Markets and other allocation systems in history: The challenge of Karl Polanyi. *Journal of European Economic History*, vol. 6, p. 703-716, 1977.

OTTESON, J. R. Unintended order explanations in Adam Smith and the Scottish Enlightenment. In: HUNT, L.; MCNAMARA, P. (eds.). *Liberalism, conservatism and Hayek's idea of spontaneous order*. New York: Palgrave, 2007, p. 21-41.

ÖZEL, H. Four horseman of the Apocalypse! Marx, Weber, Schumpeter and Polanyi. In: *ICAPE CONFERENCE: ECONOMIC PLURALISM FOR THE 21<sup>ST</sup> CENTURY*, 2, 2007. Salt Lake City: ICAPE.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

\_\_\_\_\_. Our obsolete market mentality: Civilization must find a new thought pattern. *Commentary*, vol. 3, p. 109-117, 1947.

POLANYI, M. Review: 'Individualism and Economic Order by F. A. Hayek'. *Economica*, vol. 16, n. 63, p. 267-268, 1949.

\_\_\_\_\_. *The tacit dimension*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

ROTHBARD, M. N. New light on the prehistory of the Austrian School. In: DOLAN, E. G. (ed.). *The foundations of modern Austrian School*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1976.

SANDEFUR, T. Some problems with spontaneous order. *The Independent Review*, vol. 14, n. 1, p. 5-25, 2009a.

\_\_\_\_\_. Is "know it when I see it" enough? *Cato Unbound*, 22 de dezembro de 2009b. Disponível em: <<http://www.cato-unbound.org/2009/12/22/timothy-sandefur/is-know-it-when-i-see-it-enough/>>. Acesso em: 25 de março de 2010.

SILVA, L. D. A Escola de Salamanca: entre o medievo e a modernidade. *Seara Filosófica*, n. 6, p. 76-84, 2013.

SMITH, A. *Riqueza das nações*. [S. L.]: Hemus, 2003.

SUGDEN, R. Spontaneous order. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 3, n. 4, p. 85-97, 1989.

TEIXEIRA, D. J. A Escola de Salamanca e sua contribuição para a discussão de preço justo. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 28, p. 18-47, 2012.

TANDY, D. W. *Warriors into traders: the power of the market in Early Greece*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1997.

THOMASBERGER, C. The economic society: Market results and human purposes. In: *ANNUAL CONFERENCE OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR THE HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT*, 10, 2006. Porto: ESHET.

*Recebido para publicação em setembro de 2014.*

*Aprovado para publicação em maio de 2015.*

